

Mina Grande, Conflitos Gerais¹

Por Oswaldo Sevá , Engenheiro Mecânico, doutor em Geografia, docente da Universidade Estadual de Campinas, SP na área de Energia/FEM e no Doutorado em Ciências Sociais/ IFCH
Maio de 2011



Itabira, MG Foto Marcelo Sant'Anna O Estado de Minas, 17/12/2006

“Alguns anos vivi em Itabira.

Principalmente nasci em Itabira.

Por isso sou triste: orgulhoso: de ferro

Noventa por cento de ferro nas calçadas.

Oitenta por cento de ferro nas almas.

E esse alheamento do que na vida é porosidade e comunicação.”

.....

“Tive ouro, tive gado, tive fazendas.

Hoje sou funcionário público.

Itabira é apenas uma fotografia na parede

Mas como dói !!”

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE, *Confidência do Itabirano*

“Antologia poética” (organizada pelo autor) 51ª. edição, Editora Record, RJ:2002, p.66

¹ Texto preparado especialmente para a apresentação do projeto “Mapeamento dos Conflitos Sócio-ambientais em Minas Gerais” desenvolvido pela equipe do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais GESTA, do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais.

1. Manchetes de 2006. O outro lado da riqueza.

Mineração fatura alto e cidades pagam caro

Municípios mineiros responsáveis por 60% da produção nacional da Vale do Rio Doce sofrem com poluição e elevada taxa de suicídio

Patrimônio cultural ameaçado

Cidades históricas, como Catas Altas, vivem sob a pressão da mineração, que traz riscos ambientais e até aumento da criminalidade na região. Vale do Rio Doce nega problemas

Ar tão poluído como o da capital paulista

Pesquisa da USP conclui que a extração de minério de ferro produz uma poeira que causa ou agrava doenças respiratórias

Tentativa de suicídio também aumenta

Tais manchetes e verbetes não estão em nenhum panfleto de esquerda ou de organizações ambientalistas ditas radicais, nem mesmo em alguma publicação de oposição ao governo estadual Aécio Neves / Antonio Anastasia, então recém eleito com grande aprovação para um segundo mandato. E sim num jornal tradicional, considerado o mais importante de Belo Horizonte “*O Estado de Minas*” que publicou, em 17 de dezembro de 2006, na seção Economia um caderno especial intitulado : “***O outro lado da riqueza***”, de autoria do enviado especial Bernardino Furtado. O caderno foi editado para registrar com a devida ênfase os dez anos da privatização da toda-poderosa Companhia Vale do Rio Doce, a “Vale”.

A estatal da mineração, uma antiga empresa estrangeira (Itabira Iron Minig Co.) federalizada no anos 1930, que havia se tornado ao longo de sessenta anos uma das maiores do mundo, foi leiloada a “preço de banana” pelo governo federal Fernando Henrique Cardoso / Marco Maciel em 1997. Os novos donos eram a corporação japonesa Mitsui e o banco Bradesco, além de fundos de pensão de funcionários de bancos estatais brasileiros. A mega-empresa vivera os últimos anos sob a batuta do mineiro Eliezer Baptista e depois do também mineiro Joel Rennó, passou a ser comandada por mais de dez anos, pelo impetuoso executivo Roger Agnelli, do Bradesco, até ser substituído, por causa de um enfrentamento, por ele protagonizado, ao novo governo federal Dilma Roussef / Michel Temer.

Assim contada, pode parecer que a historia de Itabira - e dos demais locais onde a “Vale” governa: Mariana, Catas Altas, Santa Bárbara, São Gonçalo do Rio Acima e outras em MG, Parauapebas, Canaã,

Ourlândia e Marabá no Pará, São Luis no Maranhão - se explique e se esgote com essas manobras midiáticas e palacianas.

Nesse artigo, além de repassar esses enredos do poder, tentaremos mostrar uma historia mais realista nas áreas da mineração, a trajetória de um povo enquadrado à força, desde a escravidão, na formação capitalista brasileira.

Mina grande conflitos gerais. Mais valiosas pedras, poderes sim se exacerbando. Quanto mais quanto mais, o diabo no meio do redemunho, se contorcendo, mirando no olho de quem vai se encantar. O rio se entende é na travessia, a terceira margem.

O dito contém o não dito decidido não dizer, estória que se conta, inventada e havida. E o reredito, mentira urdida, impossível da certa decifração? Como talvez escrevesse o também mineiro João Guimarães Rosa.

2. A mina-e-o Palácio, aquela história

Os chamados recursos naturais, e em especial, os recursos minerais – condição para o funcionamento da indústria, da guerra, e fonte dos lucros altos com metais preciosos e especulativos, estão no centro do jogo palaciano do poder em todo o Mundo, no 1º. Mundo, no Brasil e , claro, em Minas Gerais. Uns falam em cobiça internacional, outros em interferência estrangeira, perda de soberania, imperialismo, outros apenas mencionam a globalização. Assim foi desde os “ciclos do ouro e do diamante” e mesmo no período republicano: o fio condutor foi a mediação das elites provincianas nos negócios da “matriz”, e assim ficaram imbricadas com os governos formalmente eleitos, com a diplomacia, com as Forças Armadas.

No tempo da chamada “Guerra Fria”, meados do século XX, o norte americano Foster Dulles assinava cartas como secretário de Estado em nome das multinacionais – das quais era sócio - para seduzir e pressionar o então governador Magalhães Pinto, o então primeiro ministro Tancredo Neves; o embaixador Lincoln Gordon primeiro desafiava o presidente João Goulart, depois ajudou a depor e a dar golpe; George Humphrey aqui veio como advogado das mineradoras, depois foi secretário do tesouro dos EUA ...

As elites locais também ajudavam a direcionar os escassos recursos públicos, dos bancos estatais, para financiar os investimentos

externos. Os pobres bancando os ricos para vir aqui extrair mais riquezas. Eis a engrenagem, o redemoinho, o tal.

Uma das fontes de informação que comprovam essa característica principal da mineração no Estado de MG é a cronologia levantada por Bernardo da Mata-Machado a respeito das sucessivas empresas que exploraram minérios na Serra do Curral, aquela longa crista ferrosa que domina a paisagem ao Sul de Belo Horizonte – bem ali onde termina a Avenida Afonso Pena, onde ficam a Praça do Papa e o Parque das Mangabeiras. Assim inicia ele o seu precioso relatório:

Esta cronologia descreve a trajetória da empresa norte-americana Hanna Mining Company, que se associou a capitalistas brasileiros (MBR) para explorar o minério de ferro da jazida de Águas Claras, alterando assim a paisagem natural da Serra do Curral. Os fatos aqui registrados comprovam a conhecida teoria da dependência, que explica como os interesses de um país hegemônico acabam por predominar quando são defendidos, no país subordinado, por uma elite nativa aliada.

Vejam os dois dos verbetes mais expressivos dessa compilação:

Em 1950, é publicado o “Esboço Geológico do Quadrilátero Ferrífero”, estudo realizado pelo DNPM, em associação com o U.S. Geological Survey, sob o patrocínio, do Departamento de Estado norte-americano, a respeito dos depósitos minerais da região central do Estado de Minas Gerais. Depois desse esboço, geólogos brasileiros e norte-americanos fazem estudos aprofundados sobre cada uma das subáreas do Quadrilátero Ferrífero.

Em 1957, é publicado pelo DNPM o estudo denominado “Reservas Estimadas de Minérios de Ferro no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais”, realizado com a cooperação do United States Geological Survey, sob os auspícios da International Corporation Administration of the United States.

Desse tempo são os três governos de Kubitschek, em BH, em Minas e no país. Louvado e incensado ainda muito, meio século depois, pouco se leva em conta a função da elite burocrática- empresarial montada em torno de JK no seu tempo de dirigente e logo depois. Foi criado um escritório de alto nível, a Consultec, para cuidar dos interesses estrangeiros na mineração, especialmente o da empresa Hanna Mining. Personagens que hoje são fotos em gabinetes de diretorias, nomes de ruas, institutos, bibliotecas: Mauro Thibau, Roberto Campos, Lucas Lopes, Mario Silva Pinto, Mario Henrique Simonsen, Otávio Gouveia de Bulhões.

Por entre tais homens se alimentaram as ligações de bastidores entre os “testas de ferro” das corporações com a cúpula militar da ditadura

que aqui se instalou apos o golpe de 1964. Por ali, na divisa de Belo Horizonte e a vizinha Nova Lima, cresceu o poderio dos Azevedo Antunes, da empresa Icomi, depois MBR, e da sua sócia americana Bethlehem Steel, explorando minérios de ferro e manganês. Depois, formaram uma nova empresa para explorar o ouro do subsolo, a Morro Velho, com novos sócios brasileiros, da estirpe dos Moreira Salles (Unibanco), Mello Viana, Horácio de Carvalho, um tempo depois revendida para a Anglo Gold.

Assim são as “guerras da mineração” – forças bélicas com muita dinamite e pólvora, mega-tratores, patrulas, grandes escavadeiras, poderosas máquinas dirigidas para fazerem aquilo que precisam seus donos. Suas engrenagens tiveram grande participação na conspiração capitalista-militar que desaguou no golpe de 1964 e depois, na sustentação da Política Econômica e Social dos governos dos generais.

Devorar a longa crista da Serra do Curral na cara do dia-a-dia de muitos milhares de belorizontinos foi uma dessas batalhas. Outra delas foi na outra ponta da exportação do minério, a construção de um grande porto privado, para a qual foi desmontada metade da bela ilha Guaíba na Baía de Sepetiba, RJ. Um bom tanto de investimento, dinheiro nosso, foi feito pela federal Estrada de Ferro Central do Brasil. Hoje, só minério nos comboios intermináveis, passageiros nunca mais...

Não por acaso, uma das raras CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito funcionando no Congresso Nacional nos primeiros anos após o golpe militar, foi a “CPI da Hanna”. Uns anos depois, foi a vez da Assembléia Legislativa de MG instalar a “CPI da MBR”.

Assim e assado, a mineração com donos estrangeiros e seus “testas de ferro” passou a ser tratada como assunto de Segurança Nacional, os projetos das multinacionais foram absorvidos pelos I e II PNDs – Planos Nacionais de Desenvolvimento, os PAC (Programa de Aceleração do crescimento) de quarenta anos atrás, dos tempos dos generais. O mais tenebroso deles, Médici, pouco antes de sair do cargo, veio a Nova Lima inaugurar o “Projeto Águas Claras”. Nada tão claro como o poderio dos que juntaram armas e máquinas, repressão e negócios lucrativos.

Conflitos gerais, entenda-se portanto: guerras que são declaradas e travadas por tais poderes, os do cimo, das cúpulas, das alianças

sabidas e das veladas e dissimuladas. Assim é o Capitalismo, assim é a mineração.

3. Quem prospecta acha tudo retira o que quer quando quer. Só sai quando acaba. A lei que se ajeite.

Quem for advogado ou legislador experiente que melhor explique: quem decide fazer buracos, fazer sondagens, retirar amostras de pedras, em geral, faz. Claro, se o terreno não lhe pertence, tem que ter alguma permissão ou acordo com o dono. E muitas vezes, o dono é o Estado, são as terras da União, as terras devolutas.

Mas...desde o tempo das capitâneas hereditárias, que o garimpeiro, o aventureiro, o bandeirante, o nobre da corte e o rico do banco e da multinacional têm que solicitar autorização de pesquisa mineral, e depois disso prestar contas. Se solicitar e não prospectar, perde o direito e outro pode demandar em cima da mesma área.

E se pesquisar e encontrar algo que valha dinheiro, ou pelo menos, valha a pena extrair um pouco mais e conferir a viabilidade, também que informar ao Estado, e solicitar, de novo, autorização. Dessa vez, pediria para prospectar e “cubar” a jazida, saber um tanto mais sobre o que tem ali e o quanto tem. O poder público de olho em cima, pois afinal se jazida houver, seria o dono, e poderia depois conceder sua exploração para alguém, em troca de taxas, impostos, “royalties”.

Se a jazida for bem avaliada, o interessado que estiver em melhor posição solicitará autorização para lavrar, para minerar, ou seja, para estabelecer uma mina, retirar regularmente o minério. Ao fazê-lo, os agentes do Estado ficarão sabendo que em tal lugar, a tal profundidade, encontra-se um tanto de tal minério.

A partir daí, muita gente além do primeiro requerente, começa a esfregar as mãos de ansiedade e expectativa. Se forem pedras ou metais preciosos, a notícia corre atizando esse sonho da fortuna, essa tara tão velha quanto a espécie humana.

Assim, sucessivamente, no tempo e no espaço geográfico, de tal modo que – se tudo fosse feito rigorosamente dentro da lei – todos os garimpos, as jazidas sabidas e cubadas, as minas novas, as minas velhas e as abandonadas – tudo estaria nos conformes, e todo mundo ganharia a sua parte, inclusive a União, cada Estado do país e o município, afinal todos detentores desse valioso “recurso mineral”.

Mas, como dizem, na prática, a lei, ora a lei !. Muitos requerem para realizar uma etapa que de fato já fizeram, vão prosseguir na sombra de um primeiro requerimento, e depois, “legalizam”.

Quando o Estado Novo, no segundo período getulista, estabeleceu um Código de Minas sensivelmente reformado, de cunho nacionalista, as multinacionais logo trataram de se adaptar, burlando. Como registrou Mata-Machado num dos verbetes de sua cronologia:

4 de julho de 1938. O oficial administrativo do Serviço de Fomento da Produção Mineral expediu certidão comprovando que as jazidas de ferro e bauxita existentes nas propriedades Fazenda do Morro Velho (Águas Claras), Mutuca, Fazenda da Cata Branca (Pico do Itabirito), Morro de Sant'Ana ou Capão Xavier e Varginha de Ouro Pôdre, transferidas para a Companhia de Mineração Novalimense, tiveram sua conceituação de jazidas retificadas para minas, por averbação feita no Registro de Jazidas e Minas Conhecidas.

Outra manobra comum é requerer a autorização para prospectar ou para extrair um minério principal, sabidamente existente na área, e depois pesquisar todos os outros minérios possíveis, já que nenhum fiscal lá está o tempo todo para saber exatamente quais operações de engenharia e de laboratório estão sendo executadas.

Ocorre que a maioria dos minérios são complexos, associando mais de um metal e mais de um tipo de sal ou de óxido de certos metais; mesmo um calcário, assim dito genericamente, ele pode conter mais cálcio ou mais magnésio, pode estar em forma mais rochosa, mais dura, ou mais porosa, mole.

Um minério complexo com sais de vários metais pode ter sua lavra requerida para explorar por exemplo, “zinco” ou “chumbo”; mas, é comum os minérios de zinco e chumbo conterem pequenos teores de outros metais que interessam muito, p.ex., um teor de 0,1% de prata, e um teor de 0,01% de ouro. Aí tudo muda, pois quem extrair mil toneladas daquele minério e conseguir processá-lo adequadamente, obterá 1000 kg de prata e 100 kg de ouro – o que compensa muito mais do que um volume bem maior de concentrado de zinco ou de chumbo ali fabricados.

4. A terra de cima e as pedras de baixo. De quem o quê?

Guerra econômica. Por aí já se vê porque são objeto de cobiça, golpes de documentos e conquistas violentas, e portanto disputa e até conflitos armados, aqueles terrenos sobre os quais existem podem existir jazidas, ou, ainda que sejam somente ocorrências de minérios com algum valor. Do mesmo modo são conflitivas as barrancas e os

acessos aos leitos dos cursos d'água onde se sabe ou se suspeita que existam metais ou pedras valiosas; e até mesmo os pontos de retirada de areia para a construção civil e de argila para cerâmicas o são.

Mesmo quando cada ciclo local da mineração logo chegar ao seu auge, e cair em decadência, a história geral caminha lentamente sobre o território, eis aí uma biografia dos homens nas Minas Gerais.

A mudança de titularidade das terras é uma expressão refinada para resumir um processo geralmente feito da soma de pequenos casos de compras de terra sob coação e sob ameaças por alguma grande empresa e ou por seus numerosos representantes. Na realidade, esses forasteiros expropriadores ali chegam e se apresentam como “advogados”, como “geólogos” ou “engenheiros”, e até mesmo como funcionários de algum governo.

Mudam de donos as terras e também aqueles direitos minerários (os requerimentos e autorizações de pesquisa e de lavra), e em pouco tempo, se altera o modo de povoamento. Todas as atividades econômicas ali pré-existentes, a pecuária, a agricultura, o extrativismo, são ameaçadas e freqüentemente aniquiladas. Até o simples fornecimento de comida e de animais de transporte durante o ciclo do ouro dos séculos XVII e XVIII em Minas Gerais levou à especialização econômica outras regiões distantes, na então colônia portuguesa. Assim vieram para cá os burregos e cavalos criados nos pampas gaúchos e o charque de carne bovina produzido nos sertões baiano e pernambucano.

Passados alguns séculos é impressionante como prosseguem esses tipos de drama humano e de guerra econômica. Conforme relatado em alguns trechos da matéria : *MG - Vale estuda barragem em Mata Atlântica* , publicada no jornal O Tempo, em 21 de julho de 2007:

Laranjeiras e Brumadinho são dois povoados de Barão de Cocais, com mais de 300 anos de história. São vilarejos tão pequenos que a população local é estimada em famílias. Ao passo que Laranjeiras possui 21 famílias, Brumadinho possui apenas cinco. De acordo com um projetista da Golder Associates Brasil Consultoria e Projetos, empresa que está realizando os estudos de impacto ambiental, a Vale pretende arrematar 26 propriedades no local para tocar o seu projeto. De acordo com moradores da região, o pecuarista leiteiro de Laranjeiras, Divaldo Gonçalves Nascimento, 46, tem sido o mediador da companhia junto à população local. “Saio com o pessoal da Vale e da Golder mostrando as áreas onde moram os proprietários das terras que interessam a eles”, disse.

De acordo com Nascimento, cinco famílias já negociaram suas terras com a Vale. Os próprios 9,68 hectares de terra pertencentes a Nascimento são de interesse da companhia. Segundo o pecuarista leiteiro, mais da metade de suas terras é composta por Mata

Atlântica. O negócio ainda não foi concretizado, pois Nascimento considera muito pouco os R\$ 87 mil que a Vale ofereceu por sua propriedade.

Também está prestes a ceder sua propriedade à Vale o agricultor Santiago Penido de Souza, 49, que há 20 anos mora no local. Ele possui três hectares de terra, dos quais 60% são de Mata Atlântica. Vale e Santiago precisam apenas chegar a um denominador comum: o preço. Lyra limitou-se a dizer que equipe da empresa está fazendo levantamentos e sondagens com os proprietários. Disse que funcionários da Vale estão fazendo levantamentos ambientais nas proximidades de Laranjeiras e Brumadinho. Comprar com “cash” não tem sido a estratégia da Vale. Segundo Divaldo Nascimento, a mineradora oferece aos proprietários outro pedaço de terra, em outra localidade qualquer. Este é o caso do pequeno agricultor Mário Gonçalves de Souza, 44.

E assim por diante, por diante? Pra frente como se fosse para trás, a mula sem cabeça? A burocracia avançando, e a vida o que vale? Mina e Palácio cada vez maiores, o povo se espremendo, uns entregando os outros pros outros, a engrenagem, a coisa o diabo no meio do redemunho!

5. Mata Cerrado ponto culminante deslumbrante, não importa !

A mineração também avança sobre tudo o mais que haja sobre a terra, adeus à preservação e à conservação das áreas valiosas da Natureza, aquelas que os biólogos e ecólogos estudam e estudam, classificam como biomas únicos em cada continente, altitude e latitude, a Mata Atlântica, o Cerradão, o Cerradinho, os Campos altos. Os pontos culminantes que aprendemos nas primeiras aulas de Geografia, os picos das serras. Os cimos da terra furando o céu. Tudo que se enxerga. A paisagem, o que se vislumbra girando todo o pescoço, um lado e outro, a volta do que nos encanta. A revolta da perda.

As empresas também tiram o seu quinhão do problema por elas criado, por meio das tais “compensações” pelos prejuízos. Às vezes fantasiadas de benemerências, como nos casos da Mata do Jambeiro e da Serra do Curral, na zona Sul de BH, divisa com o município de Nova Lima. A destruição da crista da Serra e a apropriação da bela mata avançaram sob protestos desde 1959, até que em 1985, a Prefeitura Municipal de BH fez um convenio com a empresa, que gastou um pouco dos seus lucros fabulosos para delimitar e preservar a Mata, e para criar e equipar com equipamentos de uso público o aprazível Parque das Mangabeiras.

Tentando refrear o avanço das máquinas da empresa, três anos depois foi criado o movimento “SOS Serra do Curral”. Em 1994 a MBR invadia os limites da área tombada; a disputa prosseguiu até em 2003, quando a MBR encerrou a operação daquela mina, deixando na

face da Serra voltada para Nova Lima, uma incrível escarpa rochosa de centenas de degraus ferrosos e um grande lago de rejeitos... os quais hoje emolduram um dos mais luxuosos condomínios de mansões de toda a Região Metropolitana. Etapa final (?) de uma longa e lucrativa guerra fundiária.



A ponta Sul da Serra do Curral voltada para Belo Horizonte. No canto esquerdo, o “dente” da crista minerada pela MBR; em primeiro plano o Cerrado protegido do Parque das Mangabeiras, à direita, o bairro rico no final da Avenida Afonso Pena. Foto Oswaldo Sevá, julho de 2001.

Três anos depois dessa foto, a mineração de ferro continuava avançando numa outra extremidade da mesma Serra, quase na divisa com o município de Sabará, numa região da capital menos valorizada, entre bairros pobres e a antiga estrada de BH a Sabará e Raposos.



“Pequena” mineração de ferro na ponta Norte da mesma Serra do Curral, próximo da antiga estrada de Sabará, sob as antenas de radio e TV. Foto Oswaldo Sevá Julho de 2004

Não muito distante, ao longo da rodovia que liga a BR-040 com Ouro Preto, quem conseguir se aproximar do canteiro de mineração da antiga Icominas, que também foi incorporada pela MBR, poderá ter a tristeza de presenciar o Pico do Itabirito comido a partir de sua ampla base ferrosa. Restando aqueles dois dedos denunciadores apontados para os céus, por razões de engenharia, claro!, pois o pico somente será devorado após a base; mas também por razões de “imagem”: como quase todo mundo só vê o pico de muito longe, tudo parece normal.



A mineração MBR comendo a base do Pico de Itabirito foto Oswaldo Sevá Abril de 1991



A rodovia BR 040, ao Sul de Belo Horizonte, com o pico de Itabirito ao fundo Foto Oswaldo Sevá janeiro de 2004

6. Mina grande, o inferno dia e noite, o medo. Secou a terra prenhede d'água, encheu de rejeitos.

Para minerar, tem que desmatar, não há alternativa. Para retirar o minério da terra, tem que furar, explodir dinamite, desmontar as rochas, escavar. Cada detonação, os bichos fogem, os moradores próximos ouvem e sentem o chão tremer. Dia e noite, noite e dia, nas horas incertas, a qualquer minuto.

Para apurar o minério, para chegar mais próximo do material que interessa, tem que “beneficiar” o minério: moer, separar, lavar, concentrar o composto químico que interessa vender. Poeira, poeira, pó preto, marrom, branco, cinza, no ar, nas plantas, nas casas, o mundo empoeirado. Também não há alternativas.

O desmatamento, a buraqueira, a poeirada, são intrínsecos, e quanto maior a mina, maior o estrago. Não existe argumento ou propaganda que desfaça o resultado real.

Para retirar o minério abatido e levar para a britagem, tem que ter ou caçambas ou correias transportadoras, muito mais barulho, muito mais poeira. Para retirar o concentrado, o lavado para despachar na ferrovia ou para levar ao pátio da siderúrgica, enchem as caçambas dos caminhões, quinze, vinte, trinta toneladas cada uma.

Quando a mina retira centenas ou milhares de toneladas por dia, uma frota de caçambas trabalhando contra o relógio, infernizam a região. Os caçambeiros ganhando por viagem, indo cheios, retornando vazios, estragam as estradas, racham as pontes, enlouquecem o tráfego nas estradas vicinais, nas rodovias, e muitas vezes por dentro dos vilarejos e das cidades.

Quando as grandes minas enchem os comboios ferroviários para cumprir o cronograma da logística das usinas siderúrgicas e da exportação, são dezenas de milhares de toneladas por dia circulando, em comboios de centenas de vagões, várias locomotivas, entre o “Quadrilátero ferrífero” de MG e os terminais de Sepetiba, RJ e de Tubarão, ao lado de Vitória, ES.

Para lavar essas milhares de toneladas diárias, em cada grande mina, milhares de litros de água por segundo retirados dos riozinhos próximos; para poder aprofundar a mina, milhões de litros dos lençóis subterrâneos afloram e tem que ser bombeados, para esgotar as cavas e permitir o aprofundamento.

A água é assim, retirou e usou, tem que voltar para a terra e para os cursos d'água. Se foi esgotada de dentro da mina, vem contaminada com metais pesados solúveis; se foi usada para lavar o minério, vira uma borra, uma lama, e fica armazenada em grandes açudes, que com o tempo entopem, são fechados e abertos outros novos.

Barragens de rejeitos, o nome é pouco para o muito que significam: uma violenta e duradoura adulteração das águas superficiais; captam grandes vazões, fazem longos aquedutos longos, muitas vezes abrindo túneis que por sua vez também fazem secar os lençóis morro acima; os rios ficam cheios de lama de minério, muitos deles com praias ferríferas, azuladas ou enferrujadas, avermelhadas, como o das Velhas, o Paraopeba, o Piranga, o Piracicaba, e tantos outros.

Quando as empresas optam por exportar por minerodutos, ao invés de ferrovias, fazem uma sopa com minério britado bem fino, aglomerantes como se fossem de amido e óleo e água, acabam por desviar as águas entre bacias fluviais distintas, vizinhas, ou até muito distantes.

Um mineroduto como aquele que sai da região das minas de Germano, perto de Mariana, leva água da bacia do alto rio Doce junto com a lama mineral até o porto de Ubu, no litoral sul capixaba, perto de Anchieta, ES. Uma transposição verdadeira, funcionando há décadas, que pouquíssima gente conhece e fala a respeito.

Adulteração também violenta das águas subterrâneas: os lençóis subterrâneos, dádivas da Natureza, que fazem brotar água boa nas minas d'água e grotas das serras, abaixam, abaixam, secam os poços, secam os olhos d'água dali de perto e de mais longe.

Quem junta de qualquer jeito o que sobrou do seu negócio, em geral acha que o “azar é dos outros”! Pior, as barragens de águas de drenagem das minas e as barragens de rejeitos comumente extravasam por cima da crista da barragem, e com alguma frequência, se rompem. Catástrofe certa, como a que abalou o distrito de Macacos, entre Nova Lima e a BR-040, em 2001, quando se rompeu uma das barragens da mineração Rio Verde.

Visto com tais detalhes, não surpreende que a grande mina, ou a concentração de muitas minas mesmo pequenas numa mesma região comprometa o abastecimento público de água, a agricultura, a pecuária, a pesca e o lazer fluvial...Prejuízo que nenhuma receita de exportação é capaz de pagar, cobrir, compensar, nada !



Em São Sebastião das Águas Claras, MG Foto Oswaldo Sevá julho de 2001

7. Minério só tem uma safra; as áreas antigas sofrem pra sempre.

Em Nova Lima, muito antes do minério de ferro ser retirado em grande quantidade, quem mandava era a extração de ouro, coisa bem antiga, da época dos ingleses, e dos veios onde se achavam pepitas de vários quilates. A mina do Morro Velho ainda hoje funciona, é das mais profundas de todo o mundo, avançando a mais de dois mil metros, e dizem também, com galerias que ficam abaixo da cidade vizinha, Belo Horizonte.

Nas últimas décadas, a mina foi mudando de donos, passou para as mãos da anglo-suláfricana Anglo Gold, em sociedade com os australianos da BHP e dizem também, com o grupo Marinho da rede Globo. O metal precioso passou a ser obtido principalmente com o processamento químico do minério por meio de ácido cianídrico; a bacia de rejeitos industriais acumula grande quantidade de uma lama branca, com altos teores de metais pesados, dos quais o venenoso

Arsênico. O povoado do Mingu, entre Nova Lima e Raposos, já contaminado por essa bacia, teve muitas das casas esvaziadas e demolidas para quem ninguém viesse de novo morar ao lado dessa bacia. Próximo dali, uma grande adutora de água da Copasa traz uma boa parte da água para abastecimento de Belo Horizonte, captada no mesmo trecho do rio das Velhas onde a Anglo Gold despeja seus efluentes industriais após o tratamento.

Em Congonhas do Campo, a antiga Mina da Casa de Pedra, que foi bastante ampliada nas últimas duas décadas pela privatizada Companhia Siderúrgica Nacional, sua proprietária, contribuiu com sua poeira ferruginosa para a intensa poluição do ar na cidade histórica. Essa poeira traz junto minúsculos fungos do subsolo que se alojam nas ranhuras das esplêndidas esculturas dos profetas do Aleijadinho no pátio da Matriz da cidade. A essa agressão se soma também a acidez atmosférica regional provocada pela queima de grandes fluxos de carvão mineral, a 15 km de distância, na grande siderúrgica Açominas, no município vizinho de Ouro Branco. A acidez também ataca a pedra-sabão das esculturas e de tantos outros adornos e peças das construções dos monumentos históricos.

Como o diabo no redemunho, a história retorna como tragédia. A riqueza arquitetônica e artística dessas cidades foi paga com o ouro dos antigos ciclos de mineração, agora é ameaçada pelas seqüelas do intenso ciclo do minério de ferro.



Frontão de pedra sabão da matriz de Congonhas do Campo, atacado pelo pó de minério e pelo fungo ferruginoso foto Oswaldo Sevá julho de 2001



Casario de Congonhas do Campo e a estátua do profeta com a Mina da Casa de Pedra, ao fundo
fotos Oswaldo Sevá julho de 2001 e Estado de Minas, 25/04/2010

Bem, as minas e seus problemas gerais não cabem em um único relato curto como esse, ficam então mais algumas pistas para quem for navegar pelo valioso projeto de mapeamento dos conflitos ambientais feito pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais:

o ouro voltou com tudo, e ainda pior do que no século XVIII lá em Paracatu;

a moderna CBMM, do grupo Moreira Salles explora o estratégico metal Nióbio em uma grande mina perto de Araxá;

em Itamaraty de Minas, ao lado de Leopoldina, o grupo Votorantim explora grandes volumes de bauxita, a mesma terra avermelhada que a americana Alcoa já retirou milhões de toneladas em volta de Poços de Caldas para fabricar alumínio;

em São Tomé das Letras e no entorno da barragem de Furnas, em Capitólio, e tantos outros municípios é retirada sem qualquer freio ou precaução a conhecida pedra mineira, um arenito usado para revestimento de prédios, calçadas e pátios;

em Itaú de Minas, perto de Passos mais uma grande fábrica de cimento, ali perto o Morro do Níquel;

o nome já diz tudo: o detonado Morro do Ferro e depois o estrago do garimpo de cassiterita em Ritópolis, ambos próximos de São João del Rey;

a nova mina - que dizem ser de manganês mas pode ser cassiterita ou outra coisa - em Pouso Alegre, próxima da BR-459, cujos fantásticos lucros da exportação para a China enriqueceram também os donos de caçambas bi-trem que dali saem para o porto no RJ

os belos granitos extraídos para exportação em Campo Belo, em Cláudio, pertinho das fazendas do senador Aécio Neves e de seus tios; ao lado da rodovia MG 50 perto de Formiga, na Pedra Branca de Caldas em tantos locais da Mantiqueira, alguns bem escondidos...

os eternos diamantes de Diamantina, nos riozinhos e no riozão Jequitinhonha, ainda garimpados;

a cobiçada safira tirada da mina que dizem ser dos conhecidos políticos Abi-Ackel no Triângulo Mineiro;

os topázios de Ouro Preto e de Teófilo Otoni, as esmeraldas, águas marinhas e outras lindezas garimpadas por aí, até que se acabem, até que não seja mais possível retirar mais nada, que tudo tenha virado um deserto, uma terra contaminada e inabitável.

8. Fertiliza, dizem. Em Uberaba, envenena também !

A indústria Fosfértil , localizada nas proximidades da margem direita do Rio Grande, no município de Uberaba, processa rocha fosfática para obtenção de ácido fosfórico (o “P” do “adubo” NPK) e produz compostos químicos que são ingredientes dos chamados fertilizantes sintéticos , de grande uso na agricultura brasileira.

Um “*release*” do Ministério Público Federal em Minas Gerais publicado no início de 2011 intitulava-se “*MPF/MG quer impedir que os rejeitos da produção industrial da Fosfértil continuem contaminando o meio ambiente*” e relatava os desdobramentos da Ação Civil Publica aberta em 2008.

A desembargadora federal Selene Maria de Almeida deu provimento ao agravo do MPF e obrigou a Fertilizantes Fosfatados SA (Fosfértil), atual Vale Fertilizantes S.A., a cumprir 24 medidas de prevenção ambiental, entre elas, o tratamento imediato das águas utilizadas no complexo industrial, de modo a impedir que essa água poluída seja despejada no Córrego Gameleiras, afluente do Rio Grande.

... Na ação, o MPF informa que, segundo dados da própria Fosfértil, para cada tonelada de ácido fosfórico produzido pela empresa, resultam cerca de 4,8 toneladas de fosfogesso, um rejeito com traços de radioatividade e presença de ácido sulfúrico, ácido fosfórico e amônia. Das mais de três milhões de toneladas de fosfogesso produzidas por ano, apenas 0,8 milhões são comercializadas para uso agrícola. O restante é acumulado numa pilha, que, na verdade, é um gigantesco depósito a céu aberto, com 120 hectares de área e 57 metros de altura.

Para se ter idéia do tamanho desse depósito, basta imaginar que, em dimensão, ele equivale a mais de 140 campos de futebol, e, em altura, a um prédio de 19 andares. Essa pilha gigantesca de rejeitos químicos está depositada em área de preservação permanente, às margens do Rio Grande, integrante de uma das mais importantes bacias hidrográficas da região central do país.

Durante as investigações, funcionários da própria Fosfértil informaram que, devido à ação do vento e ao transporte de caminhões e máquinas, as ruas do pátio industrial da empresa ficavam sujas de fertilizantes, os quais, em contato com as águas pluviais, transformavam-se em ácido, que era direcionado para as canaletas que davam vazão ao Córrego Gameleiras, afluente do Rio Grande.

...A contaminação atmosférica por fluoretos e outros elementos tóxicos também é preocupante, até porque foi detectada a presença de poeira radioativa e a exposição direta à radiação gama provenientes do depósito a céu aberto.

9. Cimento constrói e destrói; queimam resíduos, contaminam.

Os sítios de produção de cimento são constituídos por duas grandes atividades: a mineração de calcário, em grandes lavras mecanizadas a céu aberto, e a fabricação de cimento, interligadas fisicamente por correias transportadoras ou teleféricos que transportam o calcário extraído das minas até a área industrial.

A fabricação de cimento caracteriza-se pelo consumo intensivo de energia: o calor necessário à calcinação da massa calcária (chamada clínquer) em fornos rotativos que chegam a 1.300 graus centígrados, e a energia elétrica, consumida em todo o processo industrial para movimentar grandes toneladas de materiais. As fábricas de cimento brasileiras utilizam de forma intensiva combustíveis fósseis (carvão mineral e derivados de petróleo) e combustíveis de biomassa (moinha de carvão vegetal), desde os anos 2000, parcela significativa desses combustíveis foi substituída pelo coque de petróleo e por quantidades também crescentes de uma infinidade de resíduos industriais – borras de derivados de petróleo, revestimentos de cubas de produção de alumínio, solventes orgânicos usados, tortas de filtração de produtos químicos, lamas de estações de tratamento de

efluentes industriais diversos, óleos solúveis, minerais e lubrificantes usados, resíduos plásticos diversos, borras de rerrefino de óleos usados etc.

A queima desses combustíveis obviamente provoca numerosos problemas de poluição nas proximidades das cimenteiras, e agora, com o uso de resíduos perigosos, multiplicou-se o risco de contaminação pela simples circulação dessas cargas nas rodovias e nas áreas urbanas. Um dos acidentes mais graves ocorreu há cerca de dez anos na cidade de Barroso, próximo de São João Del Rey, quando uma dessas cargas vazou de um caminhão-tanque acidentou e se espalhou pelas galerias pluviais da cidade. Não por acaso, veio de lá uma reivindicação dramática dos estudiosos e dos movimentos de defesa local, a “Carta de Barroso”:

Nós da ODESC - ORGANIZAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E COMUNITÁRIO, entidade da Sociedade Civil Organizada, com sede na cidade de Barroso, Minas Gerais, Brasil”... lutamos já há mais de dois anos contra a incineração de resíduos perigosos numa cimenteira da empresa suíça Holcim, instalada dentro de nossa cidade. Apesar de haver vários outros problemas ligados a esta atividade, o que mais nos preocupa é viver e sofrer a cada dia a contaminação de diversas substâncias químicas venenosas, como as dioxinas, furanos, metais pesados, etc., situação esta que nos sujeita a conseqüências incertas e às vezes fatais. Assim, realizamos no dia 11 de fevereiro de 2006 um Seminário sobre Co-incineração de Resíduos Perigosos, com a participação de centenas de pessoas, evento que resultou na “Carta de Barroso”, cuja cópia segue abaixo.

Dentre quatorze pedidos dos 95 signatários da Carta, estavam os seguintes:

- *Avaliação de risco ambiental; Levantamentos epidemiológicos;*
- *Término do auto-controle realizado somente pelas empresas; Informações e registros públicos sobre o passivo ambiental;*
- *Publicidade diária sobre introdução de resíduos aos processos de produção, seu valor realizado pelo empreendedor- fornecedor, sua composição química detalhada;*
- *Proibição da co-incineração em áreas residenciais e sua imediata substituição por métodos onde a certeza científica seja comprovada;*
- *Eliminação da incineração por constituir prática altamente comprometedora e incerta quanto aos riscos ambientais para as gerações presentes e futuras;*

Numa situação ainda mais grave do que a de Barroso, estão os municípios vizinhos à Região Metropolitana de Belo Horizonte, ao longo das rodovias que ligam com Sete Lagoas e com a Chapada Diamantina. Conforme o artigo de Sevá e Santi, 2004:

Os municípios de Pedro Leopoldo, Vespasiano e Matozinhos – com população de 54 mil, 76 mil e 30 mil habitantes, respectivamente, localizados na vertente norte da RMBH, na sub-bacia do ribeirão da Mata, e distantes cerca de 50 km de Belo Horizonte, à qual estão

ligados pelas rodovias MG-424 e MG-10 –, juntamente com o município de São José da Lapa, constituem o maior pólo de fabricação de cimento e cal do País. Sua base econômica sustenta-se nas atividades ligadas à extração e beneficiamento de calcário, sendo o principal ramo industrial o de transformação de minerais não metálicos dos setores de cimento e cal. São quatro fábricas de cimento: Holcim Brasil SA, Camargo Corrêa Cimentos Ltda, Sociedade de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Mineração – SOEICOM e Lafarge Brasil SA, responsáveis pela produção de cerca de 5 milhões de toneladas de cimento por ano; e quatro fábricas de cal: Mineração Lapa Vermelha, Companhia de Cimento Portland Itaú, ICAL e CALMIT Além destas, estes municípios abrigam unidades industriais das áreas metalúrgica e metal-mecânico, de fabricação de sabões e detergente, e uma dezena de outras unidades fabris.

Estes municípios compõem a denominada Região do Calcário, assentada sobre um dos mais importantes complexos cársticos brasileiros, que se concentra na região da APA-Área de Preservação Ambiental Carste Lagoa Santa, cujo relevo apresenta um conjunto de feições muito características, com serrotas de afloramentos calcários, paredões, vales cegos, arcos e dolinas, um grande número de lagoas, sumidouros, pontos de ressurgência de águas e rios subterrâneos. As formações cársticas são de grande relevância em termos paisagísticos e de reconhecida importância arqueológica, com cerca de 400 grutas que guardam belíssimos espeleotemas, pinturas rupestres, testemunhos fósseis e vestígios arqueológicos de habitantes de mais de dez mil atrás. Comparativamente a outras regiões cársticas brasileiras, esta região é a mais conhecida, sendo que as primeiras investigações científicas sobre o local foram realizadas pelo naturalista dinamarquês Peter Lund, em meados do século XIX. A região constitui importante pólo turístico representado pelas lagoas, grutas e sítios arqueológicos, mas tem vocação industrial acentuada, concentrada na fabricação de cimento e cal e na extração mineral de calcário.

A APA Carste Lagoa Santa está situada em um dos principais vetores de crescimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Os limites legais da APA cortam os perímetros urbanos de Pedro Leopoldo, Matozinhos e Lagoa Santa e passam pelos limites dos municípios de Vespasiano e São José da Lapa e, assim sendo, a APA sofre pressão das atividades industriais e de mineração realizadas no local. A região apresenta-se degradada pelas atividades de extração e beneficiamento do calcário – que causam expressivas modificações na paisagem cárstica, com o desmonte dos afloramentos calcários, e com impactos negativos sobre a flora e a fauna e a própria estrutura geológica, suprimindo a beleza paisagística desses monumentos naturais.

Completam o cenário atual da região, os núcleos populacionais de Pedro Leopoldo, onde a fábrica de cimento da Camargo Corrêa tornou-se vizinha da população do centro da cidade, e de Vespasiano, onde a SOEICOM está instalada muito próxima da área urbana central. A Holcim e a Lafarge, inicialmente implantadas em áreas menos povoadas, compartilham o espaço com aglomerados urbanos que vão se constituindo. Assim, a população está sujeita aos riscos dessas atividades produtivas, especialmente os que decorrem da exposição crônica aos poluentes, em mais um caso de nítida associação entre a poluição atmosférica causada pela fabricação de cimento e as manifestações respiratórias e alérgicas na população.

Nas demais regiões caieiras e cimenteiras de MG, a situação se compara ao aqui descrito: em Itaú de Minas, próximo de Passos, no eixo Formiga – Arcos e Pains, cidadezinha que se orgulha de ser “a capital latino-americana do cal” !! e também em Montes Claros. Alterações ambientais variadas e irreversíveis, tais como a destruição do relevo, modificações locais nos ciclos das águas, emissão de

poluentes, disseminação de contaminantes pelo uso de resíduos industriais como combustível.

Em todas as etapas do processo - desde a moagem e homogeneização de matérias-primas, até o ensacamento e expedição do cimento - temos o rastro da contaminação da atmosfera: material particulado, é o reino do pó e da poeira branco e cinza, óxidos gasosos de nitrogênio e de enxofre, fluoretos gasosos, terríveis, que queimam plantas e adoecem os ossos dos animais, compostos de metais pesados, e orgânicos voláteis nada benéficos como os organoclorados aromáticos do grupo das dioxinas. Como estão se multiplicando as possibilidades de misturas dos diversos combustíveis residuais - os "*blends*" - diversifica-se também a variabilidade e a composição das emissões, para a atmosfera, de gases e de material particulado gerados nos fornos de clínquer, bem como os tipos de contaminantes que podem ficar retidos no próprio cimento vendido por aí fora.

10. Vazante e Três Marias condenadas. É o zinco.

No projeto de mapeamento do Gesta/UFMG, uma das fichas registra alguns dos problemas enfrentados por moradores da cidade de Três Marias e por ribeirinhos do rio São Francisco, no trecho abaixo da barragem da Cemig. Ali uma grande fundição utiliza uma boa parte da eletricidade gerada pela usina para processar um concentrado de zinco para obtenção do metal. Como toda indústria desse tipo, lança um grande quantidade de poluentes na atmosfera e nas águas da região.

A matéria prima da fundição da CMM de Três Marias é obtido a partir de um minério de base calcária com pequenos teores de zinco, chumbo, prata e outros metais. Esse minério vem de perto, extraído de uma mina subterrânea, com galerias a mais de 350 metros de profundidade, pertencente à mesma empresa no município de Vazante, nas terras a Oeste do Rio São Francisco, entre os seus afluentes Santa Catarina e Paracatu.

O primeiro deles é o rio que recebe diretamente os efluentes do chamado beneficiamento do minério - tecnologia que consiste em concentrar os metais que interessam, submetendo o minério bruto após lavado e separado por peso, a reações químicas que terminam por tornar solúveis todos os sais de outros metais pesados como o ferro, o manganês, o cádmio e outros, contidos em teores ainda menores no minério original. Esses sais de metais pesados, potencializados pela acidez dos efluentes do processo, terminam por

envenenar a cadeia alimentar de todo o ecossistema próximo, e tornam a água perigosa para o consumo humano e animal.

No terreno calcário da região entorno da mina, chamado de “karste”, muito parecido com as formações geológicas de outras regiões de MG como a de Pedro Leopoldo/ Lagoa Santa e a de Arcos/ Pains, o ciclo das águas terrestres é extremamente delicado, com sumidouros, rios subterrâneos, grutas e áreas sujeitas a colapso e afundamento naturais (subsidiências da superfície, chamadas de dolinas).

Esses movimentos naturais dos terrenos calcários desse tipo se aceleram e se desequilibram quando a água subterrânea é retirada e bombeada para a superfície. Exatamente o que ocorre quando a mina subterrânea expõe e “fura” o lençol aquático no subsolo e deve bombear a água para poder prosseguir com as escavações.

Por tais motivos, uma reportagem de Maria Luisa Mendonça no semanário *“Brasil de Fato”*, de 10-16 de abril de 2008 tinha a seguinte manchete:

“Grupo Votorantim gera devastação com mina. Meio Ambiente: Atuação da companhia em Vazante já causou o secamento de duas lagoas em MG.”

Quando o aquífero subterrâneo foi atingido em 1999, e provocou uma grande inundação das galerias, a CMM começou a bombear cerca de 600 litros de água / segundo. Em 2008, conforme a reportagem mencionada, o bombeamento era de mais de 2 mil litros/s, e havia um pedido de outorga para aumentar futuramente para mais de 4 mil litros/s – uma quantidade equivalente ao consumo de uma cidade de 1 milhão de habitantes !

As lagoas próximas, Sucuri e Poço Verde, secaram de vez, assim como vários olhos d’água e córregos – o que é bastante comum nas regiões próximas de grandes minas subterrâneas. Notícias das fazendas Salobo, Olaria e outras próximas davam conta da morte de centenas de cabeças de gado por intoxicação química, e da formação recente de dezenas de novas dolinas, com afundamentos dos terrenos antes firmes.

Sobre o poderio desproporcional da empresa na localidade, também não há novidade; uma professora entrevistada na mesma reportagem afirmou que: *“A Votorantim manda na cidade. A empresa financiou até mesmo a reforma do Fórum e da Prefeitura Municipal, cujo prédio recebeu o nome da mãe do empresário Antonio Ermírio de Moraes! É por isso que não tem Justiça.”* (MENDONÇA, 2008, p.6)

11. Projetos novos , o progresso? SOS Minas Gerais !

Para ampliar a mineração, tem que infernizar e mentir, ao que parece: assédio sobre moradores, lideranças, ONGs; a manipulação política e partidária e das autoridades da Justiça e Promotoria em BH e nos municípios; os processos de licenciamento ambiental grosseiramente simplificados, as audiências públicas cheias de irregularidades e de manobras de bastidores; o direcionamento da cobertura feita pela grande mídia e a desinformação das conseqüências reais e prováveis das atividades

E assim vai o dito progresso: a mina Brucutu em Barão de Cocais projetada para extrair mais 30 Milhões de toneladas de minério de ferro por ano; a mina da Casa de Pedra em Congonhas projeta passar de 16 a 50 Mt/ ano; a mina recém aberta de Capão Xavier pela Vale vai transformando o pacato bairro Jardim Canadá ao sul de BH, e aumentando ainda mais o infernal tráfego na rodovia BR 040, ale de ameaçar diretamente as captações de água na Serra do Rola Moça e no córrego Catarina que alimenta o distrito de Casa Branca em Brumadinho.

Dentre tantos, destaca-se o já famoso *projeto Minas-Rio*, iniciado pela empresa MMX , do empresário-celebridade Eike Batista, filho de dr. Eliezer um dos pais históricos da Vale... e depois repassado para a mesma Anglo já mencionada. A mina projetada afetará diretamente a captação de água na Serra do Sapo e os municípios Dom Joaquim e Alvorada de Minas; a previsão é de captar inicialmente captar 600 litros de água por segundo, no Rio do Peixe, fazendo 32 km de adutora com túneis; uma nova transposição de água, que será despachada junto com "polpa" de minério.

A construção de mais um mineroduto afetará todo o trajeto dali até a região da foz do rio Paraíba do Sul, no distrito de Açú no litoral norte fluminense. Pelo rastro dos destroços e "impactos indiretos" vão Parques Municipais e Estaduais, e transformar para sempre, e para pior, a vida na pacata e turística Conceição do Mato Dentro, em plena Chapada Diamantina.

Outro projeto que também vem despertando polemica e revolta em antiga região mineradora é o do Morro Vermelho em Caeté, a Leste de BH, próximo da fatídica rodovia BR-262. Conforme a matéria do Estado de Minas, publicada em 25 de abril de 2010, assinada por Zulmira Furbino: ***Mineração sufoca e depreda patrimônio natural e histórico de MG***

Exploração de minério modifica topografia do estado, depredando montanhas importantes como a da Moeda e da Piedade. Encardidas, cidades afetadas convivem com inchaço e pobreza. Em Caeté, na Serra do Gandarela, o projeto Apolo, da Vale, mexe com as expectativas da comunidade, principalmente por causa da perspectiva de desenvolvimento econômico. A cidade ficou marcada pela decadência, depois que a antiga Ferro Brasileira fechou as portas na cidade, no início dos anos 1990. Agora, o comércio já registra aumento de vendas como efeito da chegada da companhia. E no setor de serviços, alguns restaurantes comemoram o movimento maior por causa dos empregados das empreiteiras contratadas pela Vale. No restaurante Fogão a Lenha, de três meses para cá o movimento aumentou 40% e o número de pessoas atendidas nas firmas que prestam serviço à companhia aumentou de 300 para 500. Mas esse é só um lado da moeda.

“A empresa está chegando, mas Caeté, como todos os municípios do estado, não tem planejamento urbano ou rural”, diz Ademir Martins Bento, representante do Movimento Artístico, Cultural e Ambiental de Caeté (Macaca). A cidade tem 40 mil habitantes e espera receber cerca de 4 mil trabalhadores indiretos durante a construção da planta da mina. “Isso pressiona os preços da moradia. Além disso, a estrutura de saúde em Caeté andou delicadíssima nos últimos anos. A Santa Casa está fecha não fecha.” De acordo com ele, o poder público municipal aposta na chegada da Vale como uma espécie de salvação. “Mas isso não está escrito no papel”, observa. (ZF)

SOS Minas !

Muitos trechos de rios e rios inteiros já e foram: Piracicaba, Paraopeba, das Velhas, Pomba. Os picos se foram, o Cauê em Itabira, metade da crista do Curral, em BH, outro tanto da Serra Azul em Itatiaiuçu, outros estão indo, a Piedade, o Itabirito.

Tende Piedade da Serra!
Ato pela preservação da Serra da Piedade e região

Serra da Piedade: Patrimônio natural, histórico, cultural, paisagístico e religioso do Estado de Minas Gerais. Cenário de fauna e flora exuberantes. Tradicional ponto de peregrinação que reúne religiosos e gente de fé de todo o País. Local de enorme potencial turístico e, portanto, gerador de empregos e impulsionador do desenvolvimento dos municípios no seu entorno - especialmente, Caeté e Sabará.

O que poucos sabem é que o Conjunto Paisagístico da Serra da Piedade está seriamente ameaçado pela ganância de poderosas empresas, que mais nada vêem na serra além da riqueza mineral depositada no seu solo. Estas empresas, que contam com enorme prestígio político e poder econômico, têm pressionado insistentemente os poderes executivo, legislativo e judiciário do Estado, para viabilizarem seus projetos de mineração na região, ignorando completamente a declaração do local como Monumento Natural e o seu tombamento para fins de conservação, tombamento este regulamentado pela Lei número 15.178/04, sancionada em 15 de Junho de 2004, pelo Governador do Estado de Minas Gerais, Sr. Aécio Neves.

Diante deste cenário, o movimento SOS Serra da Piedade convida-o para participar do ato público que promoverá no próximo dia 01 de Abril (Domingo), a partir das 8h30, junto ao Santuário de Nossa Senhora da Piedade, com o objetivo de chamar a atenção da opinião pública para o fato e pedir ao Sr. Aécio Neves que honre o compromisso do Estado de Minas Gerais - explicitado em sua própria constituição - com a Serra da Piedade.

Tende Piedade da Serra!
Ato pela preservação da Serra da Piedade e região

Local: Santuário de Nossa Senhora da Piedade
Data: 01 de Abril de 2007 (Domingo de Ramos)
Horário: a partir das 8h30
Informações: (31) 3651 1791

Realização: **SOS** Serra da Piedade
ACOMANHADA: Associação Comunitária Comunidade Quinta da Serra / MACACA - Mov. Artístico, Cultural e Ambiental de Caeté / Movimento Capão Xavier Vivo / Santuário de Nossa Senhora da Piedade

Impressão: **LUTADOR** PRESSÃO E EDUCAÇÃO SOCIAL

Cartaz-convocatória do ato em defesa da Serra da Piedade, municípios de Caeté e Sabará, MG, em 01 de abril de 2007

E na serra da Moeda:



Na ligação entre BR 040 e Piedade de Paraopeba, MG Foto Oswaldo Sevá janeiro de 2004

Para quem ainda se lembre de uma legislação ambiental e de uma agência ambiental que poderiam “regular” ou pelo menos minimizar tais problemas, fica aqui o registro da vergonhosa utilização, nos últimos anos, de uma “falsa licença”, a AAF- Autorização Ambiental de Funcionamento. Que o Ministério Público Federal recentemente propôs em Ação Civil Pública, e obteve liminar para invalidar. Conforme *release* da Assessoria de Comunicação do MPF, de novembro de 2010:

O juiz da 2a. Vara da Fazenda Pública Estadual de Belo Horizonte, Oswaldo Oliveira Araújo Firmo, argumentou na liminar que "As razões de ordem fática apontadas pelo Estado como justificadoras da burla à materialização do princípio da avaliação de impactos ambientais por meio do licenciamento ambiental, determinada pela Lei nº 6938/81 (art. 9º, III e IV e art. 10), são de lastimável impressão... Por tudo, resta claro que a AAF é um instrumento, por assim dizer mais frouxo, que o Estado de Minas Gerais optou por instituir, acreditando-se autorizado - à primeira vista - por uma retórica hermenêutica sintomaticamente casuística, para isentar-se de assumir suas atribuições legais..."

A liminar determina ainda ao Estado de Minas Gerais "a obrigação de não fazer consistente em abster-se, doravante, de conceder ou renovar quaisquer Autorizações Ambientais de Funcionamento (AAF) para atividades de extração ou beneficiamento de minério de ferro no Estado de Minas Gerais, sob pena de multa de R\$100.000,00 por ato praticado, sem prejuízo da responsabilidade penal e por ato de improbidade administrativa. Com isso fica suspensa a aplicabilidade do art.2º da Deliberação normativa COPAM n.74/2004, até que contra ordem judicial delibere diferentemente".

No caso específico do minério de ferro, segundo os promotores, a DN 74/2004 permitia a extração de até 300 mil toneladas de minério de ferro ao ano com base na mera expedição de uma AAF, sem qualquer estudo ambiental prévio, publicidade, anuência do município explorado ou monitoramento subsequente dos impactos, considerando tal atividade como sendo de pequeno potencial degradador, por incrível que pareça. Para se ter idéia do que isso representa, aduziram os promotores: "basta dizer que para transportar 300 mil t de

minério de ferro bruto são necessárias 10.715 viagens, utilizando-se caminhões com capacidade de 14 m3 (Scania P420)".

Segundo os autores da ação, "essa permissividade ambiental, flagrantemente ilícita, tem ocasionado sérios danos ao meio ambiente natural e cultural de Minas Gerais, de que é exemplo a completa destruição, na Serra da Moeda, de uma cavidade natural subterrânea com vestígios arqueológicos por uma grande mineradora que operava com base em meras AAFs expedidas pelo Estado de Minas Gerais (quando no caso seria necessário EIA/RIMA e Licenciamento Ambiental), gerando enorme atuação administrativa pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), propositura de ação civil pública pelo Ministério Público contra o empreendedor e órgãos estaduais, além da requisição de inquérito policial para apuração de crime ambiental (art. 67 da Lei 9.605/98).

A ação civil pública requer ainda que o Estado seja obrigado a convocar, no prazo de 30 dias, todos os estabelecimentos que exercem atividades de extração ou beneficiamento de minério de ferro, em funcionamento com base em AAFs, para o licenciamento ambiental corretivo."

Epílogo: Drummond, onde a paz?

Tudo o que foi escrito a respeito das localidades e regiões da mineração no Estado de Minas Gerais é também válido para as áreas similares em Goiás, no Mato Grosso, em Rondônia. E principalmente no Pará, nas regiões de Marabá, de Paragominas, de Trombetas, Juruti, que por isso mesmo um dia chamei de "As minas gerais do Norte".

Quando essa Minas Gerais se for, ainda haverá a outra, na Amazônia.

Encerro com o poeta Drummond, reproduzindo a estrofe final do poema "*Apelo aos meus dessemelhantes em favor da paz*" (p.320, op.cit, 2002):

"Não quero oferecer minha cara como verônica nas revistas.

Quero a paz das estepes

a paz dos descampados

a paz do pico de Itabira quando havia pico de Itabira

a paz de cima das Agulhas Negras

a paz de muito abaixo da mina mais funda e esboroada de Morro Velho

a paz

da

paz."

Referencias utilizadas

ANDRADE, Carlos Drummond de, "Antologia poética" (organizada pelo autor) 51ª edição, Editora Record, RJ:2002, p.66

Mata-Machado, Bernardo N. da "*O caso Hanna/MBR: cronologia de uma investigação*", 2003 arquivo disponibilizado pelo autor na internet

Ministério Público Estadual "*Justiça atende MPE e proíbe a concessão de autorização ambiental de funcionamento para mineradoras*" Assessoria de Comunicação do Ministério Público Estadual, Belo Horizonte, publicado em 11 de janeiro de 2011

Ministério Público Federal "*MPF/MG quer impedir que os rejeitos da produção industrial da Fosfertil continuem contaminando o meio ambiente*", postado no site "EcoDebate" em 24/02/2011

SEVA Fo., A.O. e SANTI, A.M.M. "*Mudança no suprimento industrial de energia e disseminação dos riscos de contaminação: Pesquisa sobre a co-incineração de resíduos perigosos em fábricas de cimento*" artigo apresentado no X CBE- Congresso Brasileiro de Energia, Rio de Janeiro : 2004 .